

JOINT ISSUE BRAZIL-PORTUGAL 200 YEARS OF BRAZILIAN INDEPENDENCE

On 7 September 1822, on the banks of the river Ipiranga, near São Paulo, the famous cry rang out: "Independence or Death". This was the symbolic announcement of the decisive step in the construction of Brazil as an independent nation. Under the aegis of the still reigning House of Bragança, Pedro, until then Prince Regent, assumed the political leadership that had been implicitly bestowed on him by the Brazilian nation, which, in January that year, had heard and echoed his no-less famous cry of "I will stay." By declaring his intention to stay, thus opposing the appeal of the Constituent Courts gathered in Lisbon, Pedro adopted Brazil as his home, ready for his natural ascent to leadership of a new empire separated from its motherland. His proclamation as emperor took place soon after, on 12 October 1822. As a tutelary figure, he was fundamental in maintaining the political unity of a vast territory, as well as in shaping the social and political institutions of the Brazilian state under construction. Pedro I of Brazil returned to Portugal in 1831 as Pedro IV to support the liberal cause, which was close to his heart, at a time when the turmoil inherent in the return to an absolute monarchy was far greater than the slight disturbance felt in Brazilian political life as it searched for its horizons.

Many were involved in the construction of this irreversible trajectory set in motion in that giddy year of 1822. Among the many protagonists who, in the Brazilian provinces, had expressed their disgust at the maintenance of colonial administration and powers, the firm and calm leadership of José Bonifácio de Andrade e Silva is worth highlighting. He was responsible for writing programmatic documents that were decisive in affirming the potentials of the emerging country, as well as being influential in persuading Pedro to join the Brazilian cause.

In Portugal, on the eve of 7 September, the Courts were giving the finishing touches to the constitution, which still devoted a specific section to the organisation of the executive power of Brazil. At the same time, the Courts discussed provisions relating to trade relationships between Portugal and Brazil as parts of the same empire, with strong opinions expressed on the advantages of (or the offence caused by) resuming privileges protecting the exclusivity of the former colonial market. However, this possibility was no more than a mirage.

Indeed, while it is true that Brazilian political independence stemmed from converging desires for emancipation and freedom from the former dominant power, there is no doubt that the legitimisation of a much-wanted process of political separation was in large part dictated by the growing economic autonomy that the Brazilian territory achieved from 1808, when the court of the future João VI settled in Rio de Janeiro as a result of the Napoleonic wars. The opening up of Brazilian ports to the powerful British merchant navy represented the end of an era of colonial exclusivity that made Brazil able to achieve its economic freedom, even if in order to do so it had to position itself under the influence of other international strategic interests. But the die had been cast. The union between Portugal and Brazil was weakened at its strongest link. Discontent in the kingdom stirred sentiments that came to embody the regenerative liberal movement, consubstantiated in the revolution of 1820. Two years were all it took for Brazil's inevitable independence to be confirmed once and for all.

José Luís Cardoso
Instituto de Ciências Sociais, University of Lisbon

Dados Técnicos / Technical Data

Emissão / issue - 2022 / 09 / 07

Selo / stamp
€2,75 - 75 000

Design
Ely Borges, Isabel Flecha de Lima

Adaptação / adaptation
Unidesign / Hélder Soares

Créditos / credits

Em cima / above:

Sessão do Conselho de Ministros.
Óleo sobre tela, Georgina Moura Andrade de Albuquerque, 1922.
Coleção/collection: Museu Histórico Nacional / Ibram
/ MTur / n.º 03 / 2022 / MUS.

Em baixo / below:

Retrato do Imperador Dom Pedro I.
Óleo sobre tela, Simplicio Rodrigues de Sá, 1826.
Coleção/collection: Museu Imperial / Ibram / MTur
/ n.º 03 / 2022 / MUS.

Capa da Pagela / brochure cover

Independência do Brasil.
Óleo sobre tela, François-René Moreaux, 1844.
Coleção/collection: Museu Imperial / IBRAM.

Sobrescrito de 1.º dia / FDC
D. Pedro (pormenor), *idem*.

Tradução / Translation
Kennis Translations

Agradecimentos / acknowledgements
Correios do Brasil
Museu Imperial, Petrópolis

Papel / paper
FSC 110g/m²

Formato / size
Selo / stamp: 30,6 x 40 mm

Picotagem / perforation
12 x 12 3/4 e Cruz de Cristo / and Cross of Christ

Impressão / printing: offset

Impressor / printer: bpost Philately & Stamps Printing

Folhas / sheets: Com 50 ex. / with 50 copies

Sobrescrito de 1.º dia / FDC
C6 - €0,56

Pagela / brochure
€0,85

Obliterrações do 1.º dia
First-day Cancellations

Loja CTT Restauradores
Praça dos Restauradores, n.º 58
1250-998 LISBOA

Loja CTT Palácio dos Correios
Praça da Trindade, n.º 32
4000-999 PORTO

Loja CTT Zarco
Av. Zarco, n.º 9
9000-999 FUNCHAL

Loja CTT Antero de Quental
Rua Agostinho Pacheco, n.º 16
9500-998 PONTA DELGADA

Encomendas a / Orders to
FILATELIA
Rua João Saraiva, n.º 9
1700-248 LISBOA

Colecionadores / collectors
filatelia@ctt.pt
www.ctt.pt
www.facebook.com / Filateliact

O produto final pode apresentar pequenas diferenças.
Slight differences may occur in the final product.

Design: Unidesign
Impressão / printing: Grafisot



Brasil

~200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA~

EMIÇÃO CONJUNTA BRASIL-PORTUGAL





No dia 7 de setembro de 1822, nas margens do rio Ipiranga, perto de São Paulo, soltou-se o famoso grito «Independência ou Morte». Foi assim simbolicamente anunciado o passo decisivo na construção do Brasil como nação independente. Sob a égide da ainda reinante Casa de Bragança, o até então Príncipe Regente D. Pedro assume a liderança política que lhe fora implicitamente outorgada pela nação brasileira que, em janeiro desse mesmo ano, ouvira e ecoara o seu grito não menos famoso do «Fico». Ao declarar que ficava, que não obedecia ao apelo das Cortes Constituintes reunidas em Lisboa, D. Pedro adotava o Brasil como a sua pátria, preparando a natural ascensão à chefia de um novo império separado da matriz original.

A proclamação como imperador ocorreu, prontamente, em 12 outubro de 1822. A sua figura tutelar foi fundamental para a manutenção da unidade política de um enorme território, assim como para a formatação das instituições sociais e políticas do Estado brasileiro em construção. D. Pedro I do Brasil voltaria a Portugal em 1831 como D. Pedro IV, para que o seu coração abraçasse a causa liberal, numa altura em que os distúrbios inerentes ao regresso a uma monarquia absoluta eram superiores à ligeira turbulência sentida na vida política brasileira em busca do seu horizonte.

Foram vários os construtores desse trajeto irreversível que o vertiginoso ano de 1822 viu nascer. Entre os muitos protagonistas que nas províncias brasileiras expressavam sentimentos de revolta perante a manutenção da administração e dos poderes coloniais, merece destaque a liderança firme e serena de José Bonifácio de Andrade e Silva. A ele se deve a redação de documentos programáticos decisivos para a afirmação das potencialidades da nação emergente, assim como a influência persuasiva na captação de D. Pedro para a causa brasileira.



Em Portugal, nas vésperas do 7 de setembro, as Cortes davam os últimos retoques na finalização da Constituição, que ainda reservava uma secção específica sobre a organização do poder executivo do Brasil. Simultaneamente, discutiam as Cortes o articulado sobre as relações comerciais entre Portugal e Brasil enquanto partes do mesmo império, sobressaindo posições acaloradas sobre as vantagens (ou sobre a ofensa que tal representava) de se retomarem privilégios de proteção do antigo mercado colonial exclusivo. Porém, tal possibilidade não passava de uma miragem.

Com efeito, se é verdade que a independência política brasileira foi resultado de vontades convergentes de emancipação e de libertação em relação à antiga potência dominante, não há dúvida de que a legitimação de um processo desejável de separação política foi em larga medida ditada pela crescente autonomia económica que o território brasileiro conquistou a partir de 1808, quando a corte do futuro D. João VI se instalou no Rio de Janeiro, no contexto das guerras napoleónicas. A abertura dos portos brasileiros à poderosa marinha mercante inglesa representou o fim de uma era de exclusivo colonial que tornou o Brasil capaz de conquistar a liberdade económica, mesmo que para isso tivesse de se colocar sob a alçada de outros interesses estratégicos internacionais. Mas os dados estavam lançados. A união entre Portugal e o Brasil ficava fragilizada naquele que fora o seu elo mais forte. O descontentamento no reino agitou consciências que viriam a corporizar o movimento regenerador liberal, consubstanciado na revolução de 1820. Dois anos bastaram para que a inevitável independência do Brasil fosse definitivamente confirmada.

José Luis Cardoso
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa